

MEDICALIZAÇÃO NA REVISTA *PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL*: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PAPÉIS DA PSICOLOGIA (2011-2020)

Gabriela Viveiros Dornelas¹; Fernanda de Cássia Oscar Otaciano²; Rodolfo Luís Leite Batista³

RESUMO

A medicalização da educação assume múltiplas configurações e atinge distintos públicos nos ambientes escolares. Este artigo analisa doze manuscritos publicados pela revista *Psicologia Escolar e Educacional* entre 2011 e 2020. Focalizaram-se referenciais teórico-metodológicos e autoras/es mais citadas/os; concepções de medicalização e papéis da Psicologia em relação à medicalização. A maior parte dos artigos é de pesquisadoras de universidades públicas do Sudeste brasileiro. Identificam-se perspectivas teórico-metodológicas distintas para análise do fenômeno e predomínio de menções a pesquisadoras brasileiras. Evidenciam-se os saberes biomédicos para estabelecimento de padrões de normalidade e suas formas de análise. Os manuscritos criticam o olhar patologizante e segregatório que a Psicologia tem exercido frente à medicalização e sugerem que a formação universitária deve capacitar profissionais para atuarem em perspectiva crítica e desmedicalizante. Esse artigo conclui que os referenciais teórico-metodológicos utilizados não apresentam grandes distinções entre si, servindo como a crítica à medicalização e indicando a necessidade de sua superação.

Palavras-chave: medicalização; patologização; psicologia escolar e educacional; revisão de literatura

Medicalization in the *Psicologia Escolar e Educacional* journal: theoretical perspectives and the roles played by Psychology (2011-2020)

ABSTRACT

The medicalization of education assumes multiple configurations and affects different audiences in school environments. This article analyzes twelve manuscripts published by the *Psicologia Escolar e Educacional* journal between 2011 and 2020. The focus was on theoretical-methodological frameworks and the most cited authors; conceptions of medicalization and the roles of Psychology in relation to medicalization. Most of the articles are written by researchers from public universities in southeastern Brazil. Distinct theoretical-methodological perspectives were identified for analyzing the phenomenon and a predominance of mentions of Brazilian researchers. Biomedical knowledge for establishing standards of normality and its forms of analysis are highlighted. The manuscripts criticize the pathologizing and segregating view that Psychology has exercised towards medicalization and suggest that university education should train professionals to act from a critical and de-medicalizing perspective. This article concludes that the theoretical-methodological frameworks used do not present major distinctions among them, serving as a critique of medicalization and indicating the need to overcome it.

Keywords: medicalization; pathologization; school and educational psychology; literature review

Medicalización en la revista *Psicología Escolar e Educacional*: perspectivas teóricas y papeles de la Psicología (2011-2020)

RESUMEN

La medicalización de la educación asume múltiples configuraciones y alcanza distintos públicos en los ambientes escolares. En este artículo se analiza doze manuscritos publicados por la revista *Psicología Escolar y Educacional* entre 2011 y 2020. Se focalizaron referenciales teórico-metodológicos y autoras/es más mencionadas/os; concepciones de medicalizaciones y papeles de la Psicología con relación a la medicalización. Gran parte de los artículos son de investigadores de universidades públicas del Sudeste brasileño. Se identifican perspectivas teórico-metodológicas distintas para análisis del fenómeno y predominio de menciones a investigadores brasileñas. Se evidencian los saberes biomédicos para establecimiento de patrones de normalidad y sus formas de análisis. Los manuscritos critican la

¹ Centro Universitário Presidente Antônio Carlos, Barbacena, MG, Brasil; gabriela.dornelas01@hotmail.com

² Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, MG, Brasil; fernanda.oscar2@gmail.com

³ Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil; rodolfoforllb@ufff.br

mirada de patologización y de segregación que la Psicología ha ejercido frente a la medicalización y sugieren que la formación universitaria deba capacitar profesionales para actuar en perspectiva crítica y *desmedicalizante*. En este artículo se concluye que los referenciales teórico-metodológicos utilizados no presentan grandes distinciones entre sí, sirviendo como la crítica a la medicalización e indicando la necesidad de su superación.

Palabras-clave: medicalización; patologización; psicología escolar y educacional; revisión de literatura

INTRODUÇÃO

Os debates acerca da medicalização da vida se atualizam de maneira constante em distintos domínios de conhecimento. Os processos de medicalização assumem historicamente várias configurações e forjam novos dispositivos de atuação, ao passo que as instituições e suas relações de saber-poder se modificam conforme os contextos em que se dão. Essas reflexões estão muitas vezes alinhadas ao avaliarem que a patologização e a normatização do cotidiano são processos ancorados na dualidade saúde-doença imposta pelo saber biomédico a diferentes âmbitos da vida social, dentre os quais, a educação.

Os primeiros estudos sobre medicalização se iniciaram com Ivan Illich (1975) e Michel Foucault (1979) há aproximadamente 50 anos, sendo que as discussões sobre medicalização em periódicos acadêmico-científicos brasileiros se ampliaram nas últimas décadas, sobretudo, no início dos anos 2000. Têm-se produções que evidenciam o papel desempenhado pelos medicamentos e pela indústria farmacêutica na ampliação do problema (Carvalho & Dimenstein, 2004, Rodrigues, 2003), críticas às práticas psiquiátricas individualizantes transformadoras de sofrimentos em adoecimentos (Brant & Minayo-Gómez, 2007), além de análises do processo de psiquiatrização da subjetividade à luz do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Martins, 2008). Nessas publicações, é possível perceber uma amplitude de temas, referenciais teórico-metodológicos e áreas do campo *psi*. Tais perspectivas diferentes podem resultar tanto em análises interdisciplinares, que aprofundem o debate empenhado pelas/os pesquisadoras/es, quanto em arriscados ecletismos e superficialidade na abordagem de fenômeno de tamanha complexidade.

De acordo com Collares e Moysés (1996, p. 75), a medicalização compreende os processos de transformação de "problemas da vida" em doenças, distúrbios ou transtornos caracterizados em perspectivas biologicistas e individualizantes. Graças ao estatuto científico que lhe é socialmente atribuído, a Medicina toma para si a competência de delimitar os comportamentos esperados e valorizados nas pessoas. Esse conjunto de conhecimentos e práticas de cuidado acaba por gerar significativas modificações e apagamentos das singularidades que não cumprem as expectativas sociais. Partindo do entendimento de que essa perspectiva não incide em indivíduos abstratos, mas na concretude do modo de produção capitalista, só é possível compreender a medicalização

e suas nuances considerando as determinações socioeconômicas e culturais, sejam elas de classe, raça, gênero, sexualidade e deficiências (Costa, 2023).

Assim, a Medicina tem ampliado seu protagonismo ao transformar o sofrimento em matéria de diagnóstico e de tratamento, processo que pode ser denominado como "coisificação da experiência subjetiva" (Illich, 1975, p. 106). Ao considerar as experiências humanas como coisas, os meios pelos quais se manipulam, controlam, diagnosticam e produzem-se saberes sobre ela se tornam justificáveis e definem tanto as "dores autênticas, quais as que são imaginadas ou simuladas" (p. 106) quanto obtêm reconhecimento social ao produzir demandas artificiais para os serviços de saúde.

Na escola, a medicalização se manifesta de diferentes maneiras, documentadas pela literatura acadêmica: a excessiva identificação de patologias no comportamento das pessoas (Kamers, 2013); o contingente de estudantes encaminhados para serviços especializados (Santos & Toassa, 2021); o uso exagerado de medicamentos configurado como questão de saúde pública (Trigueiro & Leme, 2020) e como estratégia para o aprimoramento cognitivo farmacológico (Barros & Ortega, 2011). Nesse sentido, Luengo (2010) argumenta que os processos de patologização atingem pessoas vistas como fora dos padrões sociais preestabelecidos. É necessário empreender a suspensão e a discussão da dualidade saúde-doença de modo a se evitar os riscos do despreparo de profissionais para o diagnóstico, que muitas vezes contribuem para práticas estigmatizantes e segregatórias.

Entendida como domínio científico-profissional, a Psicologia tem assumido posições ambivalentes diante dessa problemática: por um lado, reforça a estigmatização e a segregação de indivíduos mediante dispositivos patologizantes e individualizantes; por outro, coloca-se explicitamente contra a lógica da medicalização. Há algumas décadas, a Psicologia Escolar e Educacional em perspectiva crítica tem denunciado a medicalização em obras tais como *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia* e *Para uma crítica da razão psicométrica*, de Maria Helena Souza Patto (1990, 1997), e *Psicologia Escolar em busca de novos rumos*, de Adriana Marcondes Machado e Marilene Proença Rebello de Souza (1997).

Do ponto de vista ético, entender os papéis da Psicologia frente ao fenômeno da medicalização da educação é fundamental para a formulação de planos de ação democráticos e não-patologizantes. Investigar a literatura

nacional permite também perceber o caráter histórico da produção científica em Psicologia no país, favorecendo a proposição de fazeres profissionais de maneira refletida e contextualizada.

Para caracterizar como a medicalização da educação vem sendo abordada, este artigo investiga a produção acadêmica publicada pela revista *Psicologia Escolar e Educacional*¹, mantida pela Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee), entre 2011 e 2020. A partir da análise empreendida, buscou-se descrever os referenciais teórico-metodológicos, as concepções de medicalização e o papel atribuído para a Psicologia em relação à medicalização. Espera-se que essa revisão possibilite identificar as possíveis transformações sofridas pelo debate ao longo desse período, bem como traçar o panorama atual das temáticas discutidas e auxiliar na identificação de questões relativas a esse fenômeno que carecem de maior elucidação.

MÉTODO

Trata-se de um estudo bibliográfico que descreve a produção acadêmica sobre medicalização da educação publicada entre 2011 e 2020. Desse modo, o ano inicial desse intervalo é considerado como um marco para a Psicologia Escolar e Educacional no Brasil em razão da campanha *Não à medicalização da vida - Medicalização da Educação*, realizada pelo Conselho Federal de Psicologia e outras entidades, evento que assinala a relevância do tema para a Psicologia brasileira (Conselho Federal de Psicologia, 2012). No mesmo ano, também tiveram início as atividades do *Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade*², com vistas a congregar entidades, grupos e pessoas para o enfrentamento e a superação da medicalização, assim como mobilizar a sociedade para a crítica à medicalização da aprendizagem e do comportamento.

A escolha do periódico *Psicologia Escolar e Educacional* para a coleta de informações se deveu aos seguintes critérios: (a) trata-se de uma publicação brasileira dedicada exclusivamente ao campo da Psicologia Escolar e Edu-

cacional; (b) conta com notoriedade e boa qualificação nessa área de conhecimento (*Qualis A2* para Psicologia e Educação); (c) ter sido editada ininterruptamente a partir de 2011, pelo menos; (d) acumula significativo conjunto de publicações relativas ao objeto de estudo.

Dada a impossibilidade de se analisar os mais de 450 manuscritos publicados no período, fez-se uma primeira seleção de artigos a partir da identificação dos descritores 'medicalização', 'psicopatologização', 'problema de aprendizagem', 'dificuldade de aprendizagem' e 'queixa escolar' em seus títulos e/ou resumos. Esse primeiro levantamento chegou a 43 publicações. Tendo em vista que o resultado não se restringiu a textos relativos ao foco investigativo aqui proposto, visto que abordavam temáticas como transtorno de déficit de atenção / hiperatividade ou fracasso escolar sem necessariamente articulá-los à medicalização, passou-se a uma segunda seleção mediante leitura sistemática dos títulos e resumos e da identificação de produções pertinentes ao tema, chegando às 12 publicações que compuseram o corpus (tab. 1).

Esses artigos concernem às produções de sete universidades públicas (três estaduais e quatro federais) e três instituições de Ensino Superior privadas sediadas em seis estados brasileiros. Dentre os manuscritos selecionados, São Paulo é o estado com maior número de publicações: seis artigos escritos por pesquisadores da Universidade de São Paulo, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho e Universidade São Judas Tadeu. Os estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte contam com duas publicações cada, representados pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Potiguar. Foi publicado apenas um artigo originado nos estados da Bahia (Universidade Federal da Bahia), Ceará (Centro Universitário Doutor Leão Sampaio) e Pará (Universidade Federal do Pará). Assim, houve mais publicações das universidades da região Sudeste, seguida pelo Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Não foi publicado nenhum trabalho vindo da região Sul do país nem de autoria internacional.

Os artigos analisados foram assinados por 22 diferentes pessoas, sendo que há algumas/alguns autoras/es que assinam mais de um manuscrito. No que concerne à caracterização de autoria conforme o gênero expresso pelo nome presente no cabeçalho dos artigos, percebe-se o predomínio de mulheres (n = 17) sobre os homens (n = 5).

Para a análise propriamente dita, essa pesquisa se inspirou no artigo *Queixa escolar: uma revisão crítica da produção científica nacional* (Dazzani, Cunha, Luttigards, Zucoloto, & Santos, 2014). Foram formuladas três categorias baseadas no conteúdo relativos a: os referenciais teórico-metodológicos e autoras/es mais frequentemente citados; as concepções de medicalização e o papel atribuído à Psicologia frente à problemática.

¹ Essa revista é destacada meio de divulgação científico-profissional da área e publica trabalhos sobre processos básicos, experimentais, aplicados, naturalísticos, etnográficos, históricos, artigos teóricos, análises de políticas e sínteses sistemáticas de pesquisas, além de revisões críticas (Facci, Silva, & Souza, 2017, p. 22). A tramitação para publicação passou por transformações recentes e acontece em fluxo contínuo.

² As atividades do *Fórum* foram introduzidas a partir do *Seminário Internacional - A Educação medicalizada: dislexia, TDAH e outros supostos transtornos*, realizado em São Paulo, entre 11 e 13 de novembro de 2010. Esse evento foi empreendido por diversas organizações, tais como o Grupo Interinstitucional Queixa Escolar, o Conselho Regional de Psicologia – 6ª região, o Departamento de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas e a Abrapee. O *Fórum* se configura como um movimento político, que realiza diversos eventos acadêmicos, acumulando discussões em seminários, redes sociais, canal no Youtube e em outras plataformas (Viégas, 2021).

Tabela 1 - Identificação das produções a partir de seu ano, título e autoria.

Ano	Título	Autoria
2012	Para uma crítica da medicalização na educação	Marisa Eugênia Melillo Meira
2014	A medicalização da educação e da resistência no presente: disciplina, biopolítica e segurança	Flávia Cristina Silveira Lemos
2014	Estágio em psicologia escolar e educacional: ruptura com a medicalização da educação	Vânia Aparecida Calado
2015	Progressão continuada e patologização da educação: um debate necessário	Lygia de Sousa Viégas
2018	Medicalização e educação: análise de processos de atendimento em queixa escolar	Mariana Dias Benedetti, Danielle Marques de Moura Bezerra, Ma. Carolina Guimarães Telles, Luís Antônio Gomes de Lima
2018	A formação inicial do pedagogo e o enfrentamento da medicalização na educação	Vânia Calado, Herculano Campos
2018	Reificação, inteligência e medicalização: formas históricas e atuais de classificação na escola	Vivian Heringer Pizzinga, Henrique Romero Vazquez
2019	A construção do conhecimento na psicologia: a legitimação na educação	Fabiola Batista Gomes Fribida, Mário Sérgio Vasconcelos
2020	Estudo sobre a prática docente frente à medicalização da aprendizagem	Erlza Faria Ribeiro, Maria Goretti Andrade Rodrigues
2020	Medicalização e patologização da educação: desafios à psicologia escolar e educacional	Ana Carla Cividanes Furlan Scarin, Marilene Proença Rebello de Souza
2020	Infância e patologização: contornos sobre a questão da não-aprendizagem	Mariana de Barros Barbosa, César Donizetti Pereira Leite
2020	Estudantes e o doping intelectual: vale tudo na busca do sucesso no vestibular?	Emília Suitberta de Oliveira Trigueiro, Maria Isabel da Silva Leme

Fonte: Dados da pesquisa

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento de informações acerca da medicalização da educação permitiu identificar tendências presentes na produção analisada, tanto no que concerne aos referenciais teórico-metodológicos adotados e à definição conceitual da medicalização nos artigos, quanto aos papéis atribuídos à Psicologia historicamente e seus desdobramentos na *práxis* atual. Parte-se do indicativo de que a identificação dos referenciais teórico-metodológicos adotados nos artigos analisados é aspecto importante para compreender a produção bibliográfica acerca da medicalização da educação, como mostra a discussão dos resultados a seguir.

Referenciais teórico-metodológicos: autoras/es e obras mais citados

Para a análise dos referenciais teórico-metodológicos, atentou-se tanto a menções explícitas aos nomes de autoras/es quanto aos pressupostos a que se recorreu para abordar aquele fenômeno. Esse levantamento das citações a autoras/es mostra o predomínio de menções a pesquisadoras brasileiras assim como a multiplicidade de perspectivas teórico-metodológicas expressa pela diversidade de autores e de obras referenciadas.

O elenco dos dez autores que mais aparecem nos manuscritos pesquisados é composto por Beatriz de Paula Souza (citada em 4 artigos), Cecília Azevedo Lima Collares (em 10), Francisco Ortega (em 3), Lygia de Sousa Viégas (em 4), Maria Aparecida Affonso Moysés (em 15, sendo 10 em trabalhos em coautoria com Cecília Collares), Maria Helena Souza Patto (em 6), Marilene Proença Rebello de Souza (em 6), Marisa Eugênia Melillo Meira (em 4), Michel Foucault (em 5) e Renata Guarido (em 3).

As autoras brasileiras se destacam em relação às obras mais referenciadas pelos artigos pesquisados. Dentre as/es autoras/es listados, oito são pesquisadoras brasileiras que têm construído trajetórias de destaque na Psicologia Escolar em perspectiva crítica³ no país. Nesse

³ A Psicologia Escolar em perspectiva crítica procura considerar o contexto sociopolítico-cultural em que acontece o processo educativo e/ou de escolarização: os problemas apresentados pela queixa escolar podem ser compreendidos a partir da multiplicidade de fatores que levam ao não-aprender (Barbosa, 2011). Essa proposta teórico-metodológica reúne diferentes marcos de análise. Por exemplo, a psicologia histórico-cultural, o construcionismo social e as leituras marxistas ou foucaultianas em psicologia etc. A Psicologia Escolar em perspectiva crítica se diferencia de outros projetos de

sentido, Cecília Collares, Maria Aparecida Moysés, Maria Helena Souza Patto e Marilene Proença têm pelo menos um de seus trabalhos referenciados em cada artigo analisado, denotando a importância de suas reflexões para os estudos nacionais a respeito da medicalização da educação. Dos doze artigos, dez mencionam títulos escritos em coautoria entre Collares e Moysés, sendo: *Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização* (Collares & Moysés, 1996), *Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica* (Moysés & Collares, 2010) e *Mais de um século de patologização da educação* (Moysés & Collares, 2014). Outros seis manuscritos referenciam obras de Patto (*A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*, publicada originalmente em 1990) e de Souza (*Retornando à patologização para justificar a não-aprendizagem escolar: a medicalização e o diagnóstico de transtornos de aprendizagem em tempos de neoliberalismo*, de 2010). Nas últimas décadas, esses textos se consolidaram como leituras fundamentais para a discussão da medicalização da educação e fazem parte da formação de pesquisadores e profissionais dedicados à Psicologia Escolar em perspectiva crítica na atualidade. Além deles, são referenciados *A biologização da vida e algumas implicações do discurso médico sobre a educação* (Guarido, 2010), *Orientação à queixa escolar* (Souza, 2007) e *Para uma crítica da medicalização na educação* (Meira, 2012). Vale informar que esse último texto é um dos primeiros artigos a respeito da medicalização da educação publicados por *Psicologia Escolar e Educacional* sinalizando que essa revista também se tornou base de informações apropriadas ao debate acadêmico-profissional sobre o tema.

No que concerne à indicação dos referenciais teórico-metodológicos utilizados pelas/os autoras/es, quatro artigos especificaram sua perspectiva de investigação, a saber: a biopolítica foucaultiana (Lemos, 2014), a psicologia histórico-cultural (Meira, 2012), o construcionismo / a cartografia (Ribeiro & Rodrigues, 2020) e a psicologia escolar em perspectiva crítica (Viégas, 2015). A maioria dos textos não apresentou seus referenciais teórico-metodológicos de maneira direta (Barbosa & Leite, 2020; Benedetti, Bezerra, Telles, & Lima, 2018; Calado, 2014; Calado & Campos, 2018; Firbida & Vasconcelos, 2019; Pizzinga & Vasquez, 2018; Scarin & Souza, 2020; Trigueiro & Leme, 2020), tendo sido agrupados conforme a avaliação dos conceitos abordados e a lista de referências apresentada:

Percebe-se que a Psicologia Escolar em perspectiva crítica brasileira é o principal referencial teórico-metodológico abordado nessas produções. Embora sob esse termo estejam reunidas diferentes leituras acerca dos

psicologia de meados do século passado ao criticar o enfoque excessivamente individualizante na pesquisa e intervenção psicológica em contextos escolares e ao se fundamentar principalmente na psicologia sócio-histórica e na pedagogia histórico-crítica.

fenômenos educativos, ele descreve um amplo espectro de posicionamentos críticos à individualização, patologização e medicalização das queixas escolares. Constituída predominantemente por pesquisadoras de universidades paulistas, os artigos teóricos e relatos de experiência analisados assinalam a preocupação de se formular teorias e práticas psicológicas pertinentes ao contexto nacional. Dada a inserção política das autoras em entidades como a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, o Sistema Conselhos de Psicologia e o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, suas reflexões também têm repercutido na produção de orientações e referências para a atuação profissional (Conselho Federal de Psicologia, 2019). Nessa categoria, insere-se também um artigo em que se recorre ao método historiográfico (Ribeiro & Rodrigues, 2020).

Em seguida, têm-se as produções em diálogo com o pensamento foucaultiano, que evidenciam as contribuições de Michel Foucault para a análise dos processos medicalizantes da vida em sociedade. O autor francês compreende que a escola delimita as diversas experiências sociais para os que nela se inserem, dando contornos específicos às relações do sujeito consigo mesmo e com os demais (Foucault, 1987). Esse autor destaca o papel das tecnologias políticas e os modos pelos quais elas se tornaram dispositivos de biopoder a partir do século XVIII: em aspectos individuais, o corpo é simultaneamente impulsionado e cerceado por formas de poder que investem sobre a vida humana e procuram acoplá-la a mecanismos até então desconhecidos (Foucault, 1987). Nessa perspectiva, a medicalização pode ser compreendida como o controle de corpos e de subjetividades decorrente de intervenções, medicamentosas ou não, e da gestão preventiva da saúde (Lemos, 2014).

Originado na Geografia, o conceito de cartografia vem sendo utilizado para descrever a elaboração de "mapas, onde os espaços vão sendo observados e compostos" (Ribeiro & Rodrigues, 2020, p. 2). Na pesquisa psicológica e educacional, ele está ligado principalmente ao construcionismo social e à esquizoanálise proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari (Alves-Mazzotti & Gewandsnajder, 1998). Utilizada como método de pesquisa e de intervenção, a cartografia descreve as redes construídas por processos sociais e políticos, permitindo compreender a realidade em sua complexidade e multiplicidade de fatores constitutivos. A cartografia traça "linhas de gestos e percepções, costumeiras e erráticas, se entrecruzando e produzindo os pontos de análise e intervenção" (Ribeiro & Rodrigues, 2020, p. 2), abordando a realidade social em perspectiva crítica. Ainda que assumindo procedimentos metodológicos distintos, a cartografia também pode ser entendida como um referencial teórico de perspectiva crítica.

A Psicologia Histórico-Cultural encontra em Lev Vygotski, Alexis Leontiev e Alexander Luria seus principais representantes. Um dos pressupostos epistemológicos

Tabela 2 - Relação entre os referenciais teóricos e os artigos estudados.

Referencial teórico-metodológico	Título do artigo
Psicologia Escolar em perspectiva crítica brasileira	Medicalização e educação: análise dos processos de atendimento em queixa escolar
	A construção do conhecimento na Psicologia: a legitimação da medicalização
	Estágio em psicologia escolar e educacional: ruptura com a medicalização da educação
	Progressão continuada e patologização da educação: um debate necessário
	A formação inicial do pedagogo e o enfrentamento da medicalização na educação
	Reificação, inteligência e medicalização: formas históricas e atuais de classificação na escola
Em diálogo com pensamento foucaultiano	Medicalização e patologização da educação: desafios à Psicologia Escolar e Educacional
	Infância e patologização: contornos sobre a questão da não-aprendizagem
	A medicalização da educação e da resistência no presente: disciplina, biopolítica e segurança
Construcionismo social e Cartografias	Estudo sobre a prática docente frente à medicalização da aprendizagem
Psicologia Histórico-Cultural	Para uma crítica da medicalização na educação

Fonte: Dados da pesquisa

mais importantes dessa psicologia concerne ao fato de que a essência de qualquer fenômeno "não está posta explicitamente em sua manifestação sensível, mas pelo desvelamento de suas mediações e de suas contradições internas fundamentais" (Pasqualini & Martins, 2015, p. 363). Entendendo que a formação da atividade consciente e o desenvolvimento humano se dão pelas (e nas) relações entre indivíduo e meio, essa perspectiva dispõe que as formas de vida humana se viabilizam em processos de mediação e indica a necessidade de compreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade. Para tanto, a Psicologia Histórico-Cultural aborda características especificamente humanas, tais como a transformação da natureza em cultura por meio do trabalho, o emprego de instrumentos e a aquisição da linguagem.

Conclui-se que todas as produções podem ser inseridas no elenco de estudos críticos sobre o conceito de medicalização, mesmo que assumam perspectivas distintas ao problematizá-lo. Reitera-se que o diálogo entre as diversas posições epistemológicas só se faz possível em razão da criticidade inerente à temática.

As concepções de medicalização e medicalização da educação

Esta categoria apresenta as concepções de "medicalização" e "medicalização da educação" abordadas nos artigos analisados. A estratégia de análise permitiu identificar a estreita similaridade entre os conceitos abordados no decurso do recorte temporal. Mais uma vez, reconhece-se a importância de referenciais teórico-metodológicos críticos para a análise acadêmico-profissional do tema no país.

Em primeiro lugar, é necessário informar que alguma concepção de medicalização é explicitada em todos os artigos estudados. Onze publicações a definem como o processo de transferência ou redução de características e/ou problemas de outras ordens a questões de cunho médico (Barbosa & Leite, 2020; Benedetti et al., 2018; Calado & Campos, 2018; Fribida & Vasconcelos, 2019; Lemos, 2014; Meira, 2012; Pizzinga & Vasquez, 2018; Ribeiro & Rodrigues, 2020; Scarin & Souza, 2020; Trigueiro & Leme, 2020; Viégas, 2015). Desse modo, a medicalização é:

[...] uma maneira de produzir uma racionalidade simplista, que se reduz a um conjunto de práticas sociais, culturais, históricas, econômicas, subjetivas e políticas com vistas a submetê-las a relações lineares de causa e efeito médico-biológicas, médico-psicológicas, neuropedagógicas, entre outras análises de causa e efeito que resultem em patologização das condutas desviantes (Lemos, 2014, p. 486).

Percebe-se certa simplificação no entendimento acerca dos processos de subjetivação e das relações macro e microsociais quando se adota antecipadamente explicações biomédicas que estabelecem *a priori* o que é considerado normal ou patológico. Observa-se a busca incessante por respostas que validem e, possivelmente, determinem as causas das inconformidades dos sujeitos, desconsiderando o próprio processo de produção de queixas e sofrimentos que se cristalizam em diagnósticos.

Ressalta-se também que a definição de medicalização proposta por Collares e Moysés (1996) aparece em cinco dos doze artigos analisados (Calado, 2014; Ribeiro & Rodrigues, 2020; Scarin & Souza, 2020; Trigueiro & Leme, 2020; Viégas, 2015). No que concerne particularmente à medicalização da educação, Calado (2014) avalia que esse fenômeno "busca transformar problemas do sistema educacional em doenças que a medicina poderia resolver" (Moysés & Collares, 2010, citado por Calado, 2014, p. 567). De igual modo, merece destaque o empenho argumentativo de Pizzinga e Vasquez (2018) de apresentar o conceito a partir de uma perspectiva histórica, apontando as variações sofridas em diferentes contextos e temporalidades.

Outro aspecto notado diz respeito ao controle social decorrente da medicalização (Barbosa & Leite, 2020; Pizzinga & Vasquez, 2018). Esses estudos consideram que tudo aquilo que foge ao esperado ou determinado por certa regra social é medicalizado. Nesse sentido, Pizzinga e Vasquez (2018, p. 125) afirmam que:

[...] o processo que transforma alguns problemas naturais da vida em categorias nosológicas tem como consequência o estreitamento do campo do que são consideradas aceitáveis. [...] a ampliação da jurisdição médica em relação aos problemas ordinários da vida produz o conseqüente aumento do controle social do comportamento humano.

No mesmo sentido, duas outras produções argumentam que a omissão do Estado e a diminuição da responsabilidade das autoridades deixam espaço fértil para a intervenção do saber médico em temáticas sociais (Ribeiro & Rodrigues, 2015; Viégas, 2015). Em consonância com as críticas apresentadas por Collares e Moysés (1996), reconhece-se o pressuposto de que a medicalização seria a resposta biologizante produzida pelo saber médico para os problemas de ordem social (Meira, 2012; Scarin & Souza, 2020). Por exemplo, Viégas

(2015) entende medicalização como "[...] a transformação de questões coletivas, de ordem social e política, em questões individuais, biológicas, processo que isenta as instâncias de poder de suas responsabilidades, embora trate de problemas gerados e perpetuados em suas entranhas (Moysés & Collares, 2010, citado por Viégas, 2015, p. 154)".

Percebem-se os desdobramentos e detalhamentos conceituais em alguns trabalhos que enfatizam a abordagem médica de aspectos psíquicos (Benedetti et al., 2018; Calado & Campos, 2018; Lemos, 2014). Tal definição é apresentada a partir da interpretação de qualquer problema como pertencente ao campo médico-psicológico ou como expressa em: "um processo que envolve sofrimento psíquico que, de origem social, política e/ou escolar, é interpretado como problema de origem biológica e médica" (Benedetti et al., 2018, p. 74). Essa citação remete ao estudo de Meira (2012), dada a sua crítica aos processos de medicalização da infância.

Finalmente, alguns artigos recorrem aos conceitos de "patologização" (Meira, 2012; Lemos, 2014; Ribeiro & Rodrigues, 2020) e de "medicamentação" (Trigueiro & Leme, 2020) como conceitos secundários para se investigar a medicalização. De seu lado, a patologização está ligada ao recurso à classificação nosológica em sentido estrito, ou seja, a medicalização constitui-se como:

[...] desdobramento inevitável do processo de patologização dos problemas educacionais que tem servido como justificativa para a manutenção da exclusão de grandes contingentes de crianças pobres que, embora permaneçam nas escolas por longos períodos, nunca chegam a se apropriar de fato dos conteúdos escolares (Meira, 2012, p. 140).

Trigueiro e Leme (2020), além de caracterizar a medicalização como um deslocamento de problemas cotidianos ou de outras esferas para o campo médico, acrescentam a concepção de medicamentação, descrita como o

uso excessivo de medicamentos para alívio de dores cotidianas, a medicamentação relaciona-se aos valores da sociedade de sucesso e performance e nem sempre dizem respeito ao uso de medicamentos apenas em situações de adoecimento ou sofrimento físico e/ou mental que justificariam sua prescrição e administração (Trigueiro & Leme, 2020, p. 2).

Os artigos analisados enfatizam diferentes aspectos da medicalização, complementando-se entre si. Eles permitem compreendê-la como resultado da extensão do campo médico para os demais âmbitos da atividade humana, consolidando-se discursivamente como a única alternativa possível para solucionar os problemas educativos. A medicalização desconsidera as determinações sociais e lança um olhar classificatório sobre o comportamento que, a depender de sua intensidade e de conveniências advindas dos saberes médico-biologizantes, é patologizado.

Os papéis atribuídos para a Psicologia

O último aspecto analisado concerne aos papéis atribuídos à Psicologia diante da problemática da medicalização mediante a identificação de contribuições e propostas oriundas desse campo científico-profissional. Essa análise torna-se relevante na medida em que, após a caracterização de referenciais teórico-metodológicos e conceitos de medicalização apresentados, pode-se compreender melhor como a Psicologia se insere na discussão dessa temática. Das doze publicações, a maior parte dos artigos assinala tanto críticas quanto possibilidades de atuação profissional, sendo que apenas Trigueiro e Leme (2020) não explicitam comentários a esse respeito.

Oito produções tecem críticas à Psicologia e sua contribuição negativa ao longo da história (Barbosa & Leite, 2020; Benedetti et al., 2018; Calado, 2014; Fribida & Vasconcelos, 2019; Lemos, 2014; Pizzinga & Vasquez, 2018; Scarin & Souza, 2020; Viégas, 2015). Dentre elas, observam-se dois trabalhos que criticam a atuação de psicólogas/os que empreendem práticas estigmatizantes ao concentrarem no estudante todos os esforços interventivos, desconsiderando seu contexto educativo (Fribida & Vasconcelos, 2019, Viégas, 2015). Por exemplo, essa perspectiva está expressa em: "[...] a Psicologia contribuiu hegemonicamente para a análise psicologizante da realidade escolar, não raro culpando e patologizando professores e alunos pela histórica situação de fracasso da escola pública" (Viégas, 2015, p. 155).

De igual modo, quatro manuscritos (Barbosa & Leite, 2020; Fribida & Vasconcelos, 2019; Lemos, 2014; Scarin & Souza, 2020) argumentam que frequentemente a Psicologia opera como reguladora social ao determinar comportamentos e desenvolvimentos normais e patológicos, aproximando-se da Medicina na indicação daquilo que deve ser socialmente aceito. Esse posicionamento remonta diretamente as análises foucaultianas, tal como pontua Lemos (2014) em:

[...] uma arte de gerir a saúde e regular o fazer viver e o deixar morrer é inaugurada e passa a utilizar saberes para realizar este tipo de intervenção pela estatística, pelo território geográfico, pela economia política, pela demografia, pela medicina social, pela psicologia, pela educação, pelo direito e pela administração social (Lemos, 2014, p. 488).

De igual modo, dois outros textos (Benedetti et al., 2018; Pizzinga & Vasquez, 2018) retomam o histórico papel da Medicina para a institucionalização e consolidação da Psicologia no Brasil, mostrando o caráter aplicado desses campos de conhecimento aos problemas educacionais. Por exemplo, Pizzinga e Vasquez (2018) comentam que "a psicologia entra na escola ou, pelo menos, tira o aluno da escola numa tentativa de normatizar o desempenho escolar através de modelos biomédicos" (p. 127).

Essas discussões corroboram as denúncias de Patto (1997) na medida em que indicam a necessidade de se analisar o momento histórico que possibilitou a constituição de "classificações valorativas inerentes a uma Psicologia normativa" (p. 79). No entendimento da autora, tal reflexão só se concretiza quando se busca a perspectiva de classe a partir da qual a Psicologia foi construída, uma vez que ela é parte constitutiva dos recursos teórico-metodológicos consolidados na área. Portanto, entende-se que a crítica é (ou deveria ser) aspecto inerente ao processo formativo profissional, pois evidencia que "o que parece como natural, é social" (p. 81) e revela a historicidade e a concretude dos fenômenos sobre os quais a Psicologia intervém.

Três artigos questionam os modelos tecnicistas de formação profissional em Psicologia no país (Benedetti et al., 2018; Calado, 2014; Fribida & Vasconcelos, 2019). Esses autores observam que muitas vezes os cursos de graduação deixam de lado o exercício crítico e ético necessário para o rompimento com práticas estigmatizantes e medicalizantes, aspecto que se torna importante desafio para a formação e a atuação contextualizada da/o psicóloga/o escolar e educacional. De acordo com Calado (2014), é necessário suplantar uma "atuação profissional a partir de uma perspectiva adaptacionista; compromisso social com a construção de uma escola democrática e de qualidade; a construção de uma práxis psicológica frente a queixa escolar; romper com práticas medicalizantes na instituição educacional" (Calado, 2014, p. 567).

Na mesma direção, algumas publicações também indicam que uma formação universitária apropriada conduzirá ao desenvolvimento de uma Psicologia com perspectiva questionadora (Fribida & Vasconcelos, 2019; Meira, 2012; Pizzinga & Vasquez, 2018; Ribeiro & Rodrigues, 2020; Scarin & Souza, 2020). Em linhas gerais, esses trabalhos pontuam que a/o profissional deve construir abordagens de atuação que não se restrinjam à perspectiva clínica, articulando-se aos contextos sócio-históricos e avaliando o problema da medicalização e patologização da educação de maneira crítica. Assim, é preciso considerar que a educação se faz coletivamente e seus problemas não decorrem apenas da/o aluna/o, mas de uma rede de relações produtoras de desigualdades. Fribida e Vasconcelos (2019) ilustram esse posicionamento em:

Dada a complexidade da situação atual, não resta dúvida de que os psicólogos precisam se engajar na luta por uma Psicologia que não ignore a realidade política e social de desigualdade, que contextualize o sujeito e considere o desenvolvimento do psiquismo constituído socialmente. [...] desloca[r] o eixo de análise do indivíduo para a escola e o conjunto de relações institucionais e históricas. Nessa perspectiva, o aspecto psicológico não é analisado isoladamente (Fribida & Vasconcelos, 2019, p. 7).

Esse posicionamento repercute as discussões empenhadas por Patto (1997) ao passo que evidencia a indissociabilidade da reflexão e da ação, isto é, do caráter de denúncia e de anúncio do exercício profissional da Psicologia na escola. Para tornar isso possível, considera-se de fundamental importância a apropriação das diretrizes dispostas nas *Recomendações de práticas não-medicalizantes para profissionais e serviços de educação e saúde* (Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade, 2015) e nas *Referências Técnicas para a atuação de psicólogas (os) na Educação Básica* (Conselho Federal de Psicologia, 2019). Entende-se que esses documentos se fundamentam em uma perspectiva de atuação territorializada, dialógica e em rede intersectorial e consideram os condicionantes da saúde, bem como os determinantes do processo de escolarização de estudantes.

Em resumo, fica evidente o reconhecimento do papel estigmatizante que a Psicologia tem ocupado ao longo de sua história. Para superá-lo, os artigos indicam novas perspectivas de atuação, a partir de uma perspectiva crítica e não-patologizante, critério fundamental para uma educação digna e de qualidade. Observa-se que os textos formularam sua análise em reação aos limites das práticas e teorias psicológicas ao contribuírem para a patologização dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou aspectos significativos da produção acadêmica a respeito da medicalização da educação na revista *Psicologia Escolar e Educacional* entre 2011 e 2020. Nos artigos analisados, percebeu-se um predomínio de citações às autoras brasileiras cujo posicionamento teórico-prático é orientado pela Psicologia Escolar em perspectiva crítica, ainda que em diálogo com outras/os autoras/es e referenciais teórico-metodológicos. Isso contribuiu para que a definição do conceito de medicalização não tenha sofrido grandes variações ao longo do período estudado. De fato, torna-se necessário problematizar os motivos pelos quais a produção contemporânea sobre medicalização da educação apresenta relativa falta de originalidade, reafirmando posições teóricas e conceitos produzidos em décadas anteriores. Esses conceitos ainda são suficientes para explicar o fenômeno ou seu uso mostra certa homogeneização da produção intelectual sobre o tema? Novas pesquisas - descritivas e analíticas - poderão contribuir para essa reflexão.

Além disso, foi possível perceber como essa Psicologia tem trabalhado para a superação do olhar clínico estigmatizante ainda bastante presente no contexto escolar. Esse posicionamento é evidenciado na revista *Psicologia Escolar e Educacional*, colocando-a como meio acadêmico propício para a difusão da perspectiva crítica para o contexto brasileiro. Nessa direção, é preciso apontar a sua importância na formação de profissionais que sejam capazes de propor práticas desmedicalizantes.

Outros estudos poderão investigar a repercussão dos argumentos disseminados por esse periódico na produção bibliográfica brasileira, mostrando o alcance da crítica à medicalização na produção nacional.

Frisa-se que também foi constatado uma diferença no número de publicações que apresentam reflexões teóricas (10) e práticas profissionais (2), embora esse ponto não tenha sido explorado tal como as demais categorias, sendo a principal limitação desse estudo. Evidencia-se um espaço que deve ser preenchido por novas pesquisas.

Finalmente, reitera-se a necessidade de novas análises sobre esse fenômeno, tendo como pano de fundo o processo de "coisificação da experiência subjetiva" (Illich, 1975, p. 106), catalisada pela medicalização e medicamentação da vida. Esses processos convocam a psicologia e outros campos de conhecimento a se posicionarem de modo a resistir e criticar o tratamento das experiências humanas como coisas. Ao descrever autoras/es, referenciais teórico-metodológicos e papéis da Psicologia em relação à medicalização, espera-se que este estudo contribua com a sistematização com a produção em Psicologia Escolar e Educacional mais recente e seja útil para a proposição de novos estudos nesse campo.

REFERÊNCIAS

- Alves-Mazzotti, A. J., & Gewandsznajder, F. (1998). *O método nas ciências naturais e sociais*. São Paulo: Pioneira.
- Barbosa, D. R. (2011). *Estudos para uma história da Psicologia Educacional e Escolar no Brasil* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP].
- Barbosa, M. B. B., & Leite, C. D. P. (2020). Infância e patologização: contornos sobre a questão da não aprendizagem. *Psicologia Escolar e Educacional*, 24, 1-9. <https://doi.org/10.1590/2175-35392020220707>
- Barros, D., & Ortega, F. (2011). Metilfenidato e aprimoramento cognitivo farmacológico: representações sociais de universitários. *Saúde e Sociedade*, 20, 350-362.
- Benedetti, M. D., Bezerra, D. M. M., Telles, M. C. G., & Lima, L. A. G. (2018). Medicalização e educação: análise de processos de atendimento em queixa escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(1), 73-81. <https://doi.org/10.1590/2175-35392018010144>
- Brant, L. C., & Minayo-Gómez, C. Dispositivos de transformação do sofrimento em adoecimento numa empresa. (2007). *Psicologia em Estudo*, 12(3), 465-473. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000300003>
- Calado, V. A. (2014). Estágio em Psicologia Escolar e Educacional: ruptura com a medicalização da educação. *Psicologia Escolar e Educacional*, 18(3), 567-569. <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0183828>
- Calado, V. A., & Campos, H. R. (2018). A formação inicial do pedagogo e o enfrentamento da medicalização na educação. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(2), 435-438. <https://doi.org/10.1590/2175-35392018023222>

- Carvalho, L. de F., & Dimenstein, M. (2004). O modelo de atenção à saúde e o uso de ansiolíticos entre mulheres. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(1), 121-129. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000100014>
- Collares, C. A. L., & Moysés, M. A. A. (1996). *Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização*. São Paulo: Cortez.
- Conselho Federal de Psicologia. (2012). *Subsídios para a campanha: Não à medicalização da vida - medicalização da educação*. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) na Educação Básica - edição revisada*. Brasília: CFP.
- Costa, P. H. A. da. (2023). Apresentação - Desalienar a práxis sobre a loucura do marxismo. In P. H. A. da Costa (Ed.), *O marxismo e a loucura* (pp. 9-23). São Paulo: Lavrapalavra.
- Dazzani, M. V. M., Cunha, E. O., Luttigards, P. M., Zucoloto, P. C. S. V., & Santos, G. L. (2014). Queixa escolar: uma revisão crítica da produção científica nacional. *Psicologia Escolar e Educacional*, 18(3), 421-428. <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0183762>
- Facci, M. G. D., Silva, S. M. C., & Souza, M. P. R. (2017). Editoração da revista *Psicologia Escolar e Educacional* [Resumo]. In Associação Brasileira de Editores Científicos (Ed.), *Resumos do ABEC Meeting* (p. 21-25). Curitiba: Abec.
- Firbida, F. B. G., & Vasconcelos, M. S. (2019). A construção do conhecimento na Psicologia: a legitimação da medicalização. *Psicologia Escolar e Educacional*, 23, 1-9. <https://doi.org/10.1590/2175-35392019016120>
- Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade (2015). *Recomendações de práticas não medicalizantes para profissionais e serviços de educação e saúde*. Brasília: CFP.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder* (Roberto Machado, Org. e Trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir* (R. Ramalhete, Trad.). Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1975).
- Guarido, R. (2010). A biologização da vida e algumas implicações do discurso médico sobre a educação. In Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Eds.), *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sócias a doenças de indivíduos* (pp. 27-39). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Illich, I. (1975). *A expropriação da saúde: nêmesis da Medicina* (J. K. de Cavalcanti, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1974).
- Kamers, M. (2013). A fabricação da loucura na infância: psiquiatrização do discurso e medicalização da criança. *Estilos de Clínica*, 18(1), 153-165.
- Lemos, F. C. S. (2014). A medicalização da educação e da resistência no presente: disciplina, biopolítica e segurança. *Psicologia Escolar e Educacional*, 18(3), 485-492. <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0183772>
- Luengo, F. C. (2010). A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Machado, A., & Souza, M. (Eds.). (1997). *Psicologia escolar: em busca de novos rumos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Martins, A. L. B. (2008). Biopsiquiatria e bioidentidade: política da subjetividade contemporânea. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 331-339. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000300003>
- Meira, M. E. M. (2012). Para uma crítica da medicalização na educação. *Psicologia Escolar e Educacional*, 16(1), 135-142. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572012000100014>
- Moysés, M. A. A., & Collares, C. A. L. (2010). Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. In Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Eds.), *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos* (pp. 71-110). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Moysés, M. A. A., & Collares, C. A. L. (2014). Mais de um século de patologização da educação. *Fórum: Diálogos em Psicologia*, 1(1), 50-64.
- Pasqualini, J. C., & Martins, L. M. (2015). Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a Psicologia. *Psicologia e Sociedade*, 27(2), 362-371. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362>
- Patto, M. H. S. (1990). *Produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Patto, M. H. S. (1997). Para uma crítica da razão psicométrica. *Psicologia e Razão Instrumental*, 8(1). <https://doi.org/10.1590/S0103-65641997000100004>
- Pizzinga, V. H., & Vásquez, H. R. (2018). Reificação, inteligência e medicalização: formas históricas e atuais de classificação na escola. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(1), 123-131. <https://doi.org/10.1590/2175-35392018012840>
- Ribeiro, E. F., & Rodrigues, M. G. A. (2020). Estudo sobre a prática docente frente à medicalização da aprendizagem. *Psicologia Escolar e Educacional*, 24, 1-8. <https://doi.org/10.1590/2175-35392020218032>
- Rodrigues, J. T. (2003). A medicação como única resposta: uma miragem do contemporâneo. *Psicologia em Estudo*, 8, 13-22. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000100003>
- Santos, G. da S., & Toassa, G. (2021). Produzindo medicalização: uma revisão bibliográfica sobre encaminhamentos da educação escolar à saúde. *Psicologia da Educação*, 52(1), 54-63. <https://doi.org/10.23925/2175-3520.2021i52p54-63>
- Scarin, A. C. C. F., & Souza, M. P. R. (2020). Medicalização e patologização da educação: desafios à Psicologia Escolar e Educacional. *Psicologia Escolar e Educacional*, 24, e214158. <https://doi.org/10.1590/2175-35392020214158>
- Souza, B. P. (2007). Apresentando a Orientação à Queixa Escolar. In B. P. Souza (Ed.), *Orientação à queixa escolar* (pp. 97-118). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, M. P. R. (2010). Retornando à patologia para justificar a não aprendizagem escolar: a medicalização e o diagnóstico de transtornos de aprendizagem em tempos de neoliberalismo. In Conselho Regional de Psicologia - São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Eds.), *Medicalização de*

- crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos (pp. 57-68). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Trigueiro, E. S. O., & Leme, M. I. S. (2020). Estudantes e o doping intelectual: vale tudo na busca do sucesso no vestibular? *Psicologia Escolar e Educacional*, 24, 1-9. <https://doi.org/10.1590/2175-35392020219948>
- Viégas, L. de S. (2015). Progressão continuada e patologização da educação: um debate necessário. *Psicologia Escolar e Educacional*, 19(1), 153-161. <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0191815>
- Viégas, L. de S. (2021). O Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade em movimento: ampliando o debate e construindo a luta coletiva. In E. C. Oliveira, L. S. Viégas, & H. S. Neto (Eds.), *Desver o mundo, perturbar os sentidos: caminhos na luta pela desmedicalização da vida* (pp. 259-291). Salvador: EDUFBA.

Recebido em: 10 de fevereiro de 2023

Aprovado em: 9 de outubro de 2024

Disponibilidade de Dados: os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito

Editora de Seção: Maria Júlia Lemes